

**Indicadores sociais** Índice de Gini caiu de 0,592 para 0,573 no período estudado por pesquisa do IBGE

# Desigualdade da renda diminuiu um pouco nos anos FHC

Vera Saavedra Durão  
Do Rio

O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda das nações, caiu ligeiramente no período da administração Fernando Henrique Cardoso, declinando de 0,592 em 1995 para 0,573 em 2002, período que abrange a maior parte da pesquisa dos indicadores sociais do IBGE, divulgados ontem.

O Gini varia de zero a 1 e indica que a desigualdade é tanto maior quanto mais próxima de 1, informando que um só indivíduo concentra toda a renda nacional. Quando o indicador é zero, a desigualdade de renda é zero.

Para Marcelo Neri, coordenador da área social da Fundação Getúlio Vargas (FGV), este comportamento deve-se em parte ao combate à inflação e, no final do governo FHC, à onda de programas sociais — bolsa escola e alimentação —

tardios e mal distribuídos. No geral, porém, "continuamos mais próximos da iniquidade que da equidade", afirma Neri.

Na ótica de Neri, os indicadores sociais de 2002 divulgados pelo IBGE, que mostram o aumento da violência nos grandes centros, é fruto dos últimos dez anos, incluindo o governo FHC. "No Plano Real, houve uma redução da pobreza, mas isto aconteceu principalmente no campo, com destaque para os grotões de miséria, onde os programas sociais foram aplicados. Foi justamente neste período que a pobreza das grandes cidades explodiu. Só em São Paulo a pobreza aumentou 50%, como atestaram os censos de 1991 e 2000", realçou.

Para o economista especializado na área social, o Gini continua sinalizando a alta inércia da desigualdade da sociedade brasileira. "O Brasil ainda está no pódio da desigualdade mundial, onde esta-

cionou há quatro décadas. Só comparável à África do Sul".

Os indicadores do IBGE, sobre as grandes cidades, mostram que toda a crise econômica vivida pelo fracasso dos planos heterodoxos, pelas crises internacionais da Ásia e da Rússia, que afetaram o país fortemente, aumentaram o desemprego e, concomitantemente, a violência.

A violência, segundo Neri, reflete principalmente a crise metropolitana. "As capitais e periferias estão explodindo".

Para Cristiane Soares, do IBGE, o Gini pouco se moveu de 2001 para 2002. No ano passado houve uma maior queda da renda, a informalidade cresceu no mercado de trabalho, com 54,8% dos ocupados sem contribuir para a previdência. Ela ressaltou, porém, que a queda do rendimento foi geral. "Não conseguimos distinguir quem está perdendo mais".

# Armas de fogo matam mais de 2 milhões em 20 anos

Do Rio

Os dados divulgados ontem pelos indicadores Sociais do IBGE de 2003 comprovam o aumento da violência no país nos últimos 20 anos. O fenômeno da morte por causas externas, não naturais, agravou-se e foi responsável por mais de 2 milhões de vítimas entre 1980 e 2000, com destaque para os homicídios com armas de fogo, crescentes a partir de 1991, cujo principal alvo são homens jovens entre 15 a 24 anos.

Para o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, o fenômeno é essencialmente urbano e dos grandes centros do Brasil. Ele atribui esta escalada de mortes violentas a concentração populacional desordenada nas regiões metropolitanas, destacando o Rio de Janeiro, que possui 75% de sua população na região metropolitana. "É preciso lembrar que 84% da população brasileira é urbana".

A seu ver, a baixa oferta de emprego, o trabalho desqualificado e mal remunerado por conta da queda da renda, que em 2002 despencou 13%, são fatores que tornam as pessoas vulneráveis e expostas ao crime. Outro ponto que ressalta é a questão da educação e do trabalho infantil. Os dados dos indicadores sociais revelam que 5,4 milhões de crianças entre 5 a 14 anos ainda trabalham no país, muitas vezes mais de 40 horas e em mais da metade recebe meio salário mínimo. Estas crianças — principalmente as de 14 a 17 anos — têm anos de estudos deixados, pois não conseguem acompanhar os estudos e, portanto, acabam excluídas da educação e se tornam presas fáceis de marginais.

Com base nos números reco-

lhidos pelo Censo Demográfico, pelo Datasus e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), o IBGE levantou na pesquisa divulgada ontem, que de 1980 a 2000 a taxa de mortalidade por homicídio cresceu 130%, passando de 11,7 por cada 100 mil habitantes para 27 por 100 mil. As maiores taxas estão nos estados de Pernambuco (54), Rio de Janeiro (51), Espírito Santo (46) e São Paulo (42).

Em 2000, 95,6 a cada 100 mil homens jovens morreram assassinados no Brasil, sendo 71,7 em cada 100 mil (ou 75%) mortos por armas de fogo. Ante 1991, esta taxa cresceu 46%, de 65,5 a cada 100 mil e aumentou em 95% a das mortes causadas por armas de fogo.

Rio de Janeiro e Pernambuco são os estados onde se concentra mais a violência contra o homem jovem. No Rio, em 2000, foram computados 205 assassinatos por 100 mil homens entre 15 a 24 anos, sendo que as mortes por armas de fogo representavam 89% do total. Entre 1991 e 2000, essas mortes por armas de fogo cresceram 45% no estado, pulando de 124,5 por 100 mil para 181,6 a cada 100 mil. Em Pernambuco, em 1991 foram registrados 198 homicídios para cada 100 mil jovens do sexo masculino, sendo que 91% por armas de fogo. Em 10 anos, o aumento das mortes por armas de fogo foi de 121% no estado, passando de uma taxa de 80,9 por 100 mil para 179,7 por 100 mil.

Espírito Santo e São Paulo surpreenderam os pesquisadores do IBGE. No Espírito Santo, a taxa de óbito por homicídio por arma de fogo saltou em 1991 de 46 por 100 mil homens jovens para para 121,7 mil em 2000. Em São Paulo, o

pulo foi de 43,6 vítimas em 1991 para 114,6 por 100 mil em 2000. Segundo Celso Simões, responsável pela pesquisa, a trajetória da violência está crescendo de forma contínua nestes dois estados.

No caso do Rio de Janeiro, Simões considera que o estado "é uma fronteira aberta" para o tráfico de armamentos. Seria preciso que o governo trabalhasse com um esquema de segurança complexo que envolvesse além das polícias militar e civil forças federais das três armas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Ele lembrou que o efeito da violência na vida das pessoas é total. Segundo destacou, o fato dos homens jovens serem os alvos prediletos dos assassinatos levou a uma diferença de 12 anos na esperança de vida entre homens e mulheres no Rio. "Aqui (no Rio) as mulheres vivem 74 anos em média, enquanto os homens, 62 anos". Em decorrência, o Rio tem hoje 87 homens para cada 100 mulheres. Na média Brasil, as mulheres vivem sete anos mais que os homens.

O ambiente social se torna mais propício a violência se a ignorância prepondera. No caso do Brasil, os indicadores sociais de 2003 informam que 11,8% da população de 15 anos ou mais ainda é analfabeta e 32% é de analfabetos funcionais, com menos de 4 anos de estudos, segundo o critério da Unesco. "O dado é revelador do desenvolvimento econômico e social do país", destaca Ana Lúcia Sabóia, coordenadora da área de indicadores sociais do IBGE. Bárbara Cobo, pesquisadora do IBGE, realçou outro dado relevante da pesquisa, que denuncia a discriminação racial: no quesito cor, os brancos têm 2 anos a mais de estudo. (VSD)

# Grupo de trabalho vai debater metas

Do Rio

O governo Lula reuniu um grupo de trabalho para formular metodologia e indicadores capazes de medir o cumprimento das metas do milênio pelo Brasil. Estas metas, definidas na reunião do Social Summit, promovido pela ONU em Copenhague (Dinamarca), em 2000, tem como principal objetivo reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população mundial com renda inferior a US\$

1/dia. De acordo com dados levantados pelo pesquisador da FGV, Marcelo Neri, em 2000, nove anos depois da criação das metas, o Brasil ainda tem 25,84% de sua população com renda abaixo de US\$ 2/dia. Isto indica que o país está tendo dificuldade de cumprir as metas do milênio.

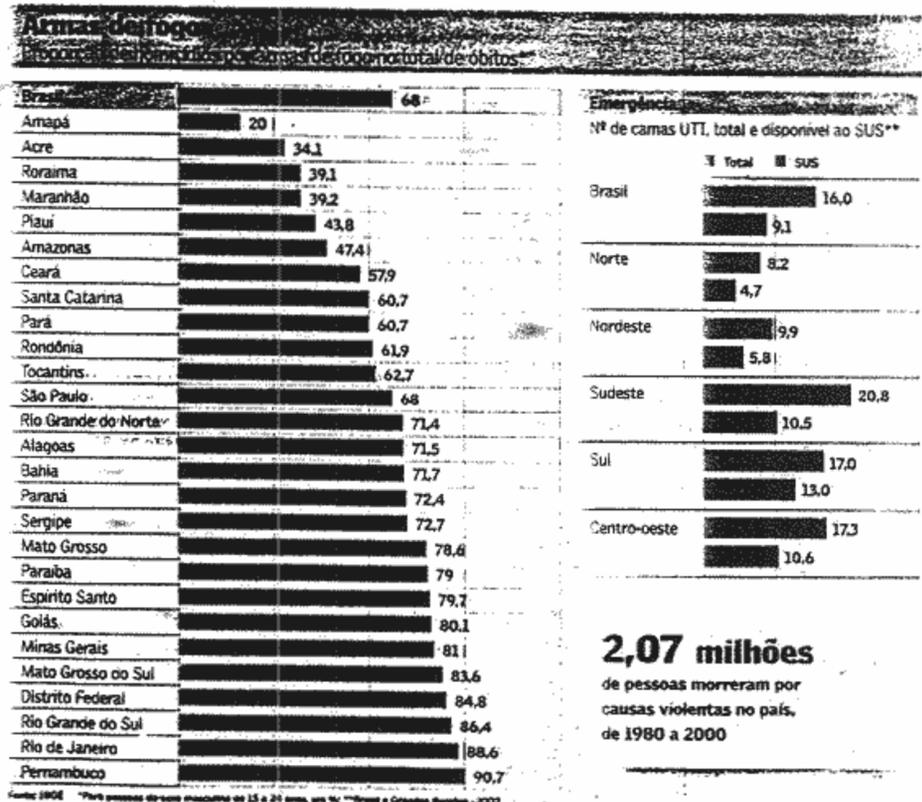
Para o Rio de Janeiro, estado onde conseguiu pesquisar a evolução desse indicador em relação a 1991, houve uma queda da população que ganhava até US\$ 2/dia, de

25,84% da população para 14,09%. "Mas isto tem de ser reduzido a metade até 2015", lembrou. Neri deverá divulgar estes dados amanhã, quando lançará a pesquisa o Mapa da Fome II para o Rio.

O IBGE está trabalhando na formação desses indicadores e precisa criar um indicador de preços internacional, como informou seu presidente Eduardo Nunes, para medir a redução da pobreza dentro dos padrões de dólar da meta da ONU. (VSD)



Nunes: escalada de mortes violentas é devida à concentração populacional desordenada nas regiões metropolitanas



# Taxa de fecundidade nas regiões ricas é de apenas dois filhos por mulher

Do Rio

A partir de 2020 o crescimento da população brasileira tenderá a declinar mais fortemente, com a taxa de fecundidade média da mulher brasileira situando-se próxima da taxa de reposição, que é abaixo de 2,1 filhos por mulher.

Em 2002, a taxa de fecundidade média do Brasil era de 2,4 filhos por mulher, mas em Estados como Rio e São Paulo a taxa de fecundidade já gira em torno de 2 a 1,98 filhos por mulher. Com estes patamares de reprodução, uma geração de mulheres que tem filhos não consegue reproduzir a geração futura.

Segundo o demógrafo do IBGE Celso Simões, a partir da disseminação destas taxas por todo o território nacional, o que deve ocorrer nos próximos 20 anos, se não houver migrações internacionais, a tendência da população será retroceder, como acontece hoje na Europa. Ele ressaltou que a transição demográfica brasileira ocorreu nos últimos 40 anos e foi muito profunda e importante para o desenvolvimento do país. Em 1970, a taxa de fecundidade na área urbana era de 4,7 filhos por mulher e hoje alcança 2,2 filhos por mulher. Na área rural, em 1970 chegou a 7 filhos por mulher e caiu em 2002 para 3,4 filhos por mulher. "O que aconteceu no Brasil foi fora do padrão normal de demografia".

Segundo ele, o componente principal da transição demográfica na-

cional, que culminou com o forte declínio da taxa de fecundidade, foi a esterilização. Em 1996, o governo usou métodos contraceptivos para controlar a natalidade em mulheres de 15 a 49 anos. Cerca de 40% dessas mulheres foram submetidas a ligadura de trompas. "A esterilização foi mais acentuada nas mulheres de baixa renda", ressaltou. Para Simões, depois dessa drástica revolução demográfica o combate a desigualdade de renda não passa mais pelo controle da natalidade, pois isto já aconteceu, apesar de ser ignorada pelos governos.

Simões destaca que nos últimos 10 anos a pirâmide demográfica brasileira continua se estreitando. Ou seja, com a queda da taxa de fecundidade — hoje na média de 2,4 filhos — nascem menos crianças e há uma diminuição gradual da população até 15 anos. A tendência atual é de crescimento da população dos 15 anos aos 30 anos que tenderá a desacelerar nos próximos 20 anos, deslocando espaço para o aumento da população adulta e idosa.

A melhoria dos serviços médicos-sanitários aumentou a média de esperança de vida do brasileiro em 2002 para 71 anos. Na comparação com a média de 1992, o aumento foi de 4,7 anos. Em 2002, o Brasil contava com 171,6 milhões de habitantes, dos quais 144,4 milhões vivendo nas cidades. Uma projeção do IBGE indica que em 2020, o país terá 219,1 milhões de habitantes, com 25 milhões de idosos. (VSD)

# Bird quer melhorar gastos

Rodrigo Bittar  
De Brasília

O Banco Mundial (Bird) quer melhorar a qualidade de seus gastos no Brasil e diminuir os custos com capacitação de pessoal. Para isso, realizou ontem uma "oficina" para disseminar sua Rede Global de Aprendizagem para o Desenvolvimento (GDLN), um "ambiente" no qual promove a troca de experiências entre 180 países por meio de conferências virtuais.

Segundo o diretor da rede no Brasil, Fernando Felix, a estrutura existente hoje de educação à distância pode diminuir em até 80% os custos com treinamento nos projetos desenvolvidos com recursos do Bird. Para este ano, os investimentos do banco para o Brasil são estimados em US\$ 2 bilhões.

A estrutura da rede é pulverizada entre os parceiros do projeto. No Brasil a rede conta com cerca de 20 entidades que oferecem espaço físico e técnicos para discutir programas de várias naturezas com prefeituras, organizações não governamentais (Ongs) e outras representações da sociedade civil. "A rede melhora o foco das ações a partir da concepção que os parceiros têm a oferecer", definiu Felix.

Outra proposta que será discutida durante a oficina — que terminou hoje em Brasília — é uma maneira de avaliar qualitativamente as ações realizadas pela rede.